

A organização que mais longe leva a democracia

O tema de hoje é a Presidência Portuguesa da União Europeia.

Muito obrigado, Professora Mónica Dias, pelas suas tão simpáticas palavras de introdução e por este convite e pelo seu entusiasmo, que é de facto contagiante. Sra. Reitora da Universidade Católica, Professora Isabel Gil, Sr. Professor João Carlos Espada, Director do IEP, demais membros da organização desta Cimeira das Democracias, meus caros amigos, caros alunos,

Antes de mais gostava de agradecer. Agradecer não só o convite que me foi dirigido mas também o facto de termos entre nós a Professora Elisa Ferreira e o Embaixador Nuno Brito, que vêm hoje aqui debater a questão da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia.

A Professora Elisa Ferreira é actual Comissária portuguesa na União Europeia. É Comissária para a Coesão e Reformas. Foi vice-governadora do Banco de Portugal, foi Ministra do Planeamento e Ministra do Ambiente, deputada da Assembleia da República e também por várias vezes deputada ao Parlamento Europeu. Uma notável experiência não apenas no espectro europeu mas em questões económicas ligadas também, e sobretudo, à Europa.

O Embaixador Nuno Brito, actual representante permanente de Portugal junto da União Europeia em Bruxelas, tem uma carreira diplomática muito distinta em vários postos. Foi também assessor do Ministro de Negócios Estrangeiros (na altura, um tal Durão Barroso...) e também



POR
José Manuel Durão Barroso

Antigo presidente da Comissão Europeia, Director do Centro de Estudos Europeus do IEP-UCP, Conselho Editorial *Nova Cidadania*

conselheiro diplomático principal do Primeiro-Ministro, por acaso também a mesma pessoa (chefe de gabinete do Ministro da Defesa, Representante permanente de Portugal nas Nações Unidas, Embaixador de Portugal nos Estados Unidos da América). Por tudo isto tem uma visão muitíssimo global e completa do Mundo em que a nossa Europa se insere.

O tema de hoje é a Presidência Portuguesa da União Europeia. É um tema que vamos discutir no quadro das democracias, e a primeira questão é exactamente esta, a da relação entre democracia e União Europeia.

Esta é uma relação intensa, por vezes controversa. Gostava de reafirmar um ponto que para mim é importante: a União Europeia é sem dúvida, do ponto de vista internacional, a organização que mais longe leva a democracia. É a única organização transnacional que tem, por exemplo, um Parlamento directamente eleito pelos seus cidadãos. E é um Parlamento que, embora não tendo todas as competências de um Parlamento nacional, tem imensas

competências. Entre estas conta-se, aliás, a de poder apresentar moções de censura à Comissão. Isto significa que a Comissão Europeia — que é, eu diria, a instituição por excelência da União Europeia, a instituição que é tipicamente supranacional — responde perante o Parlamento Europeu e pode por ele ser derrubada. Isto de certo modo já aconteceu, quando há uns anos, perante a ameaça de uma moção de censura, o Presidente da Comissão apresentou a sua resignação, o que levou à queda da Comissão. Num sistema aliás, muito semelhante ao sistema constitucional português. O Presidente da Comissão é nomeado tendo em conta os resultados eleitorais, e a expressão que figura nos Tratados de Lisboa é exactamente a mesma que figura na Constituição Portuguesa. Assim, é tendo em conta os resultados eleitorais que é nomeado o Presidente da Comissão Europeia, e depois é também politicamente e democraticamente discutido o seu programa, que é votado no Parlamento Europeu. Há depois mecanismos de *accountability* muitíssimo fortes entre a Comissão e o Parlamento Europeu. Eu, aliás, como tive a experiência de ambos os lados, como estive dez anos à frente da Comissão Europeia e doze anos em diferentes funções no Governo do nosso país, posso dizer-vos que do ponto de vista constitucional os controlos sobre a Comissão Europeia no sistema europeu são, a meu ver, mais fortes, mais consistentes, mais exigentes, mais permanentes do que aqueles que há tipicamente em Portugal em relação a um Governo da República. Portanto, a Comissão Europeia e a União



A União Europeia é sem dúvida, do ponto de vista internacional, a organização que mais longe leva a democracia

Europeia são instituições que também fluem do conceito democrático.

Aliás, a própria União Europeia, diferentemente de praticamente quase todas as organizações internacionais do Mundo coloca como condição para se ser membro o facto de o Estado se poder considerar uma democracia. Essa questão é hoje discutida, como sabem, no âmbito da qualidade de algumas das democracias dos nossos Estados Membros. Mas é uma condição para a adesão à União Europeia e foi aliás por essa razão que Portugal, antes de ser uma democracia, não podia ser membro da União Europeia. Era membro de outras organizações de integração económica como a EFTA (European Free Trade Association), por exemplo, mas não podia ser membro da União, na altura Comunidade Europeia. Há portanto esta ligação muito íntima entre democracia e a União Europeia. Aliás, se me permitem uma referência pessoal, quando tive a honra de, em nome da União Europeia, receber o Prémio Nobel da Paz em 2012 em Oslo, no discurso de aceitação que fiz juntamente com o meu colega do Conselho Europeu, comecei a minha intervenção precisamente por ligar democracia e União Europeia. Citando Espinoza mas também falando da experiência portuguesa. Foi a transição para a democracia que permitiu a Portugal, à Grécia e à Espanha e mais tarde aos países da Europa Central e de Leste aderirem a uma organização como a União Europeia.

Os países, através dos seus respetivos governos, estão também representados na União Europeia, porque esta, tem diversos níveis, entre os quais, aquele a que normalmente se chama intergover-

namental, o nível supranacional, mas há obviamente também a representação dos países. E quem representa os países é obviamente ao nível do Conselho Europeu o Primeiro-Ministro, depois os Ministros ao nível do Conselho, mas temos também aquilo a que eu chamo a linha da frente. Aqueles que estão todos os dias na União Europeia a defender o interesse nacional e espera-se, deseja-se diria, que o façam também num espírito europeu: são os representantes permanentes que se reúnem no COREPER, Comité dos Representantes Permanentes. Actualmente, o Embaixador Nuno Brito é o Representante Permanente de Portugal. A Comissão Europeia em si não representa os países, mas cada país designa um comissário. Houve uma altura em que se procurou acabar com este sistema, em que se procurou fazer o seguinte: como a Comissão Europeia não representa em rigor os países, mas representa o interesse geral europeu disse-se que não era necessário estarem todos os países alguma forma representados ao mesmo tempo, o melhor que haja só alguns deles, uma Comissão mais reduzida. Ainda bem que esta ideia não passou.

Estou convencido que é muito melhor o sistema atual. Não porque o Comissário ou Comissária represente directamente o país, mas porque leva para a Comissão uma sensibilidade nacional e também porque seria difícil para os países - nomeadamente países médios ou mais pequenos - não sentirem que estavam de algum modo representados na instituição que corporiza o interesse geral europeu. E é por isso que os Comissários, sendo independentes (fazem um juramento de independência e não po-

dem receber instruções dos seus Governos) e embora por vezes haja obviamente uma maior proximidade em relação aos Governos, a verdade é que assim se consegue uma síntese de um sentimento, de uma sensibilidade europeia, que, se tal não fosse o caso, estaria de alguma forma ameaçada. Actualmente a Comissária portuguesa é, como já disse, a Professora Elisa Ferreira, não está lá a defender apenas o interesse português, tem que defender o interesse colectivo europeu, mas que traz sem dúvida a sua sensibilidade portuguesa.

E são estes dois ilustres convidados que hoje vamos ouvir. Pedia que respondessem, em primeiro lugar, a duas questões.

À Comissária portuguesa, Professora Elisa Ferreira, pedia que nos dissesse como vê o actual contexto da União Europeia e quais os grandes desafios que, precisamente nesta situação, se colocam a uma Presidência que tem lugar durante uma das pandemias mais importantes da História, a que actualmente vivemos a nível global.

Ao Embaixador Nuno Brito pedia, obviamente com grande esforço de síntese, o balanço que faz das prioridades e da sua execução quanto ao Programa da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia.

Uma vez mais, muito obrigado à Senhora Comissária Elisa Ferreira e ao Embaixador Nuno Brito por estarem connosco esta manhã. ■

Texto estabelecido a partir da intervenção feita por improviso pelo autor.